



**EDITAL DE PREGÃO Nº 015 /2016**  
**PROCESSO Nº 2579/2016- FMS**  
**MODALIDADE: PREGÃO**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, tipo **Menor Preço Por Item**, para atender suas necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de acordo com a Lei 10.520/02 e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e respectivos anexos, devem ser entregues nos seguintes local, data e horário:

**LOCAL: Prefeitura Municipal de Paracambi**  
**DATA: 15 DE AGOSTO DE 2016**  
**HORA: 10:00 horas**

## **1- DO OBJETO**

- 1.1- O presente Pregão tem por objeto a aquisição de equipamentos, para atender as Unidades de Atenção Especializada em Saúde, conforme proposta do Ministério da Saúde nº 09206.510000/1140-03.

## **2- DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO**

- 2.1- Trata-se de compra com entrega imediata e integral, cuja relação contratual terá execução instantânea, devendo ocorrer em até 10 dias da data retirada da nota de empenho, e o faturamento em até 30 dias após a entrega do objeto.

## **3- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 3.1- Poderão participar desta licitação as empresas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e as que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos.
- 3.2- Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, as empresas estrangeiras que não funcionem no País, as empresas suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento, as declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública no prazo que perdurar tal punição, as que se enquadrarem nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/93, do art. 72, §8º, inc. V da Lei 9.605/98, bem como as punidas na forma da Lei 12.846/2013.
- 3.2-1. Para fins de interpretação do disposto no inc. III, do art. 9º, da Lei 8.666/93, possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, agente político, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Município de Paracambi, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, que tenham tido vínculo há menos de seis meses anteriores à data da publicação deste Edital.



- 3.3- É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

#### **4- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS.**

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas enquadradas na forma do art. 34 da Lei 11.488/2007, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 7.2.2 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas mais bem classificadas poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.2. Não ocorrendo a contratação de microempresa, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, na forma do subitem 4.4.1., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



4.4.6. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que é microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, em conformidade com o modelo anexo ao Edital.

## 5- DO CREDENCIAMENTO

5.1 - No início da sessão pública de realização do pregão, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo licitante, devendo ainda identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2 - O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.

5.2.1 - No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa licitante, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.

5.2.2 - No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 - A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

5.3.1 - A microempresa, empresa de pequeno porte e a sociedade cooperativa que apresentar restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá apresentar declaração, assumindo o compromisso de promover sua regularização, caso formule o lance vencedor.

5.4 - As declarações ou certidões de que tratam as cláusulas do item “credenciamento” deverão ser apresentadas FORA DE QUALQUER ENVELOPE, juntamente com os documentos exigidos para credenciamento.

## 6- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1- A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima determinados, em 02 (dois) envelopes devidamente fechados e rubricados no fecho, atendendo fielmente aos seguintes requisitos:

a) **Envelope A: Proposta de Preço.**

b) **Envelope B: Documento de Habilitação**, composto pelos documentos relacionados no item 7 deste Edital.

6.2- Os envelopes deverão conter, em sua parte externa, os dizeres:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**  
**PREGÃO Nº 015/2016 - FMS**  
**RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**  
**Envelope A – Proposta de Preço**  
**Envelope B – Documentação de Habilitação**

- 6.3- As Propostas de Preços deverão ser preparadas e entregues em envelopes, em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografadas ou impressas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, de acordo com os modelos constantes dos Anexos, observando-se ainda o seguinte:
- 6.3.1- conter cotação em moeda corrente nacional (R\$), expressa em algarismo e por extenso e indicação da especificação do objeto licitado, com preço unitário e global;
- 6.3.2- conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais um resultado;
- 6.3.3- conter compromisso de entrega dos produtos na forma e prazo estabelecido no Edital e seus anexos, bem como compromisso de troca de produtos viciados durante o período de vigência de sua garantia;
- 6.3.4 – conter detalhamento de todas as características do produto de forma clara e precisa.
- 6.3.5 - ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o prazo de 60 dias.
- 6.4 - A Proposta de Preço deverá ainda conter o nome ou razão social do proponente, o endereço completo, os números de telefone e fax e o endereço eletrônico, (se houver).

## **7- DA HABILITAÇÃO**

- 7.1- A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no item 6.2 deste Edital.
- 7.2- O proponente deverá apresentar os seguintes Documentos de Habilitação da presente licitação:
- a) Declaração que não possui menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos;
  - b) Declaração de Fatos Supervenientes;
- 7.2.1- Habilitação Jurídica:
- c) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- h) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

#### 7.2.2- Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo a regularidade relativa à Seguridade Social (CND);
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual conjunta com a devida certidão da Procuradoria Geral da Dívida Ativa do Estado;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### 7.2.3- Qualificação Técnica:

7.2.3.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. Os atestados deverão conter:

- a) nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax, email);
- b) local e data de emissão;



c) nome, cargo, telefone, fax, email e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

#### 7.2.4- Qualificação Econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhado da **CHP- Certidão de Habilitação Profissional**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG  $\geq$  1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG = índice de liquidez geral

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

RLP = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo

- c) Comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º, art. 31 da Lei 8.666/93.
- d) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, com data não excedente a 60(sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Proposta de Preço;
- e) Certidão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro ou outra equivalente;

7.2.4.1 – No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica.

- 7.3- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.
- 7.4- Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

## 8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO

- 8.1- A reunião para recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os documentos de Habilitação, bem como a abertura dos envelopes da Proposta de Preço, será pública, dirigida por um Pregoeiro em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados.
- 8.2- No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para a formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do inciso





VI do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, e, para a prática dos demais atos do certame, conforme item 4 deste Edital, e também os licitantes deverão apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação, conforme inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002.

- 8.3- Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 8.4- Em seguida, serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 8.5 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.5.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6 - Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens de participação exclusiva para ME/EPP/COOP, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), ou apurar informações junto ao Setor de Contabilidade da Administração Municipal, para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

8.6.1 - Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

## **9- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

9.1- A presente licitação é do tipo **menor preço por item** sendo que o julgamento das propostas será realizado em conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que ofertar o menor preço por item.

9.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica pela comissão.

9.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos.



9.4- Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser efetivado sem quaisquer ônus adicionais.

9.5- Serão desclassificadas as Propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, as que apresentarem preços superiores ao estimado pela Administração, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento.

9.6- Será proclamado pelo Pregoeiro o proponente que ofertar a Proposta de **menor preço por item**, para o objeto definido neste Edital e seus anexos, bem como os proponentes cujas propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superiores àquele ou, ainda, as 03(três) melhores ofertas, conforme o disposto no inciso IX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.7- Aos proponentes proclamados, conforme item 9.6, retro, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

9.8- Encerrada a etapa competitiva do Pregão, as ofertas para o objeto definido neste Edital e seus anexos serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço.

9.9- O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

9.10- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento pelo proponente que a tiver formulado das condições habilitatórias, com base na documentação de habilitação, conforme item 07 deste edital.

9.11- Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.

9.12- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às condições habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.

9.13- Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes no item 11 deste Edital.

9.14- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes da equipe de apoio e pelos representantes dos proponentes presentes.

9.15- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a Proposta será desclassificada.

9.16- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pelo Prefeito, após a regular decisão dos recursos apresentados.

9.17- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, o Prefeito homologará o procedimento licitatório.

## **10- DOS RECURSOS**





- 10.1- Declarado o vencedor, fracassado ou deserto o item qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata.
- 10.2- - O pregoeiro negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.
- 10.2-1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer dos licitantes importará decadência do direito de recurso.
- 10.2-2. Admitido o recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de suas razões.
- 10.2-3. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 10.2-4. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso na sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 10.3- A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto ao Setor de Protocolo Geral, situado na Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi, no horário de 09h (nove horas) às 17h (dezessete horas), observados os prazos previstos no Edital.
- 10.4- Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:
  - 10.4-1. motivadamente, reconsiderar a decisão;
  - 10.4-2. motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para o Prefeito.
- 10.5- Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.
- 10.6- Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.
- 10.7- Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.
- 10.8- As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 10.9- Na ausência de manifestação de intenção de interposição de recursos ou após decisão dos mesmos, o Pregoeiro devolverá os envelopes de "HABILITAÇÃO" inviolados aos licitantes desclassificados podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

## **11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**



11.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

11.1.1 - advertência por escrito;

11.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

11.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

11.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

11.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

11.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

11.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

11.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

11.2.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

11.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

11.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

11.2.6 - prestação de serviço de baixa qualidade;

11.3 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 11.1.

11.4 - A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

11.5 - As sanções relacionadas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:

11.5.1 - deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

11.5.2 - apresentar declaração ou documentação falsa;



- 11.5.3 - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 11.5.4 - não mantiver a proposta;
- 11.5.5 - falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;
- 11.5.6 - comportar-se de modo inidôneo;
- 11.5.7 - cometer fraude fiscal.
- 11.6 - A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- 11.7 - As sanções relacionadas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

## **12- DO VALOR**

- 12.1- O valor máximo que o Fundo Municipal de Saúde- FMS se propõe a pagar é de R\$1.191.149,94 (Um milhão, cento e noventa e um mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos)
- 12.2 – Os valores unitários máximos de referência constam no Anexo I do presente Edital.
- 12.3 – Os preços serão fixos e irredutíveis.

## **13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Edital de Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde- FMS, conforme especificado abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0061.2198

ELEMENTOS DE DESPESA: 44.90.52.00.00.00.00 – cód reduz.1954.

## **14- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 14.1- O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 14.2- O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.
- 14.3- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo



para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.4- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.4-1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **15- DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

15.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

15.4 Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/fatura fornecida pela contratada.

15.6- Será considerada recusa formal:

- a) O não fornecimento dos produtos contratados.
- b) O fornecimento dos produtos contratados em desacordo com as cláusulas do Contrato, das condições deste Edital e seus anexos, e da proposta de preços.

15.7 O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

15.8 O recebimento da notificação dentro do prazo de validade da proposta implicará, necessariamente, na prorrogação deste prazo e, em consequência disso, não terá valor a recusa do licitante, ao cumprimento do dever de contratar, baseada em alegação de decurso de prazo de validade de sua proposta.

15.9 A proposta cujo prazo de validade estiver esgotado será considerada prorrogada por 30 (trinta) dias corridos, se o proponente, consultado a respeito, se pronunciar formalmente dentro de 3(três) dias úteis.

15.10 É facultado à Administração do Município, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os demais licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.



- 15.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.
- 15.12 O Município de Paracambi reserva o direito de rescindir o ajuste, sem que caiba a licitante adjudicatária o direito de indenização de qualquer espécie, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a empresa:
- a) Não cumprir as obrigações estipuladas neste Edital.
  - b) Falir ou dissolver sociedade.
  - c) Transferir os seus encargos a terceiros no todo ou em parte sem prévia anuência do Contratante.
  - d) Deixar de efetuar o recolhimento no prazo de 05(cinco) dias úteis das multas que lhe venham a ser impostas.

## **16- DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE VENCEDOR.**

- 16.1 Executar o fornecimento conforme especificações deste Edital e seus anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Edital e seus anexos e em sua proposta:
- 16.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 16.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 16.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos produtos a serem fornecidos, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 16.6 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 16.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para o fornecimento;
- 16.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 16.9 Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 16.10 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas ao fornecimento, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 16.11 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;



- 16.12 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 16.13 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento;
- 16.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 16.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 16.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 16.18 Não subcontratar o objeto;
- 16.19 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **17- DA CONTRATAÇÃO.**

- 17.1- Findo o processo licitatório, o Pregoeiro adjudicará o objeto do instrumento de convocação ao proponente vencedor, nos moldes da minuta de contrato apresentado em anexo a este Edital.
- 17.2- O proponente vencedor terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação, para retirar a Nota de Empenho e assinar o instrumento contratual.
- 17.3- Caso transcorra o prazo citado acima sem que o contrato tenha sido assinado, a sessão será retomada e os demais proponentes chamados na ordem de classificação, na forma do item 15.10.
- 17.4- Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.
- 17.5- Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Edital e do contrato assinado.
- 17.6- Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste certame licitatório, além da Proposta Comercial a ser praticada por ele.

## **18- DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**





18.1- Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) provisoriamente, na forma prevista na alínea “a” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
- b) definitivamente, na forma prevista na alínea “b” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;

18.2- O Contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

18.3- O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

## **19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

19.1- O Presente Edital e seus anexos, bem como a Proposta Comercial do proponente vencedor farão parte integrante do Processo 2579/2016.

19.2- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- Fica assegurado à contratante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

19.4- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.5- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6- Após a apresentação da Proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

19.7- O proponente vencedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação para o objeto definido.

19.8- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro em contrário.

19.9- Acompanham este Edital os seguintes anexos:

- **ANEXO I** – Termo de Referência e Modelo de Proposta De Preços
- **ANEXO II**- Declaração de Fatos supervenientes.
- **ANEXO III** – Modelo de Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
- **ANEXO IV** – Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- **ANEXO V** – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.



**- ANEXO VI – Minuta de Contrato.**

- 19.10- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente.
- 19.11- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo.
- 19.12- Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro Marco Antonio Ferreira da Silva , no telefone XX21- 2683.9103.
- 19.13- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.14- O foro da Cidade de Paracambi, será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas à presente licitação, com exclusão de qualquer outro.

Paracambi, 18 de JULHO de 2016.

MARCO ANTONIO FERREIRA DA SILVA  
Pregoeiro Municipal



**ANEXO I**

**PREGÃO Nº 015/2016 - FMS**

**TERMO DE REFERÊNCIA E VALORES ESTIMADOS**

Item	cod	Descrição	Dotação	Unidade	Qtde	Valor Referência
01	289367	Aparelho de Raio X Digital / Gerador microprocessado de alta frequência. Potência nominal de pelo menos 50 KW. Tensão variável de pelo menos 40 a 130 KV. Corrente variável de pelo menos 500 mA. Tempo mínimo de exposição: 1ms a 5s. Com mAs variável na faixa de 0,5 mAs a 500 mAs ou maior. Alimentação: 380/ 400 Volts trifásico 60 Hz. Tubo de raiosx. Foco fino de 0,6 mm. Foco grosso de 1,2 mm. Potência do tubo em foco fino / foco grosso de 30 / 50 KW, aproximadamente. Inserção de filtros adicionais de Cu. Estativa porta emissor. Coluna com deslocamento longitudinal de aproximadamente 130 cm. Rotação do tubo sobre eixo horizontal de +/90 graus com travas em 0 graus, +/90 graus. Diafragma luminoso com colimação manual ou automática. Sistema de freios eletromagnéticos. Mesa Bucky. Tampo flutuante com dimensões, de 235 x 80 cm aproximadamente. Tampo flutuante com deslocamento longitudinal mínimo de 80cm e deslocamento lateral, transversal, 20 cm aproximadamente. Sistema de freios eletromagnéticos. Grade antidifusora do Bucky. Peso suportado de no mínimo 200 kg. Bucky Mural Deslocamento vertical referenciado no centro da grade entre 35 cm e 185 cm a partir do chão, aproximadamente. Dotado de sistema de freio mecânico ou eletromagnético. Grade antidifusora do Bucky tipo estacionária. Com cruz de localização / centralização impressa no tampo do bucky. Configurável para entrada de chassis pela direita e/ou esquerda. Distância focofilme variável 115/150cm ou 180cm Detector plano: Detector plano com dimensões de aproximadamente 35 x 42 cm. Detector com fio ou sem fio (móvel), que possibilite exames na mesa, no bucky mural ou fora da mesa, maca e cadeira de rodas, Matriz ativa de aproximadamente 2800 x 2500, 7 milhões de pixels, Profundidade da imagem pósprocessada de no mínimo 14 bits Tamanho máximo do pixel de 150 micrômetros. Sistema digital de imagem. Memória RAM, de 2GHZ. Armazenamento de pelo menos 1000 imagens no disco rígido. Possibilidade de harmonização de imagem. Funcionalidades DICOM Send e DICOM Prin	1954	Unidade	01	290.000,00
02	289363	BOMBA DE INFUSÃO / Característica Física Especificação: BATERIA - KVO - ALARMES - PROGRAMAÇÃO DA INFUSÃO - BOLUS - EQUIPO DEDICADO	1954	Unidade	02	4.000,00
03	289391	Cama elétrica motorizada com os seguintes movimentos: ajuste de altura, inclinação do dorso, flexão das pernas, incluindo as seguintes posições: fowler, semifowler, cardíaca, vascular, Trendelemburg e Trendelemburg reverso, acionados via controle remoto de mão com fio. Cabeceira e Peseira removíveis fabricadas em polietileno ou material compatível. Sistema de grades com retração linear através de acionamento único, fabricadas em polietileno ou material compatível, com sistema de amortecimento. Leito em chapa de aço com pintura eletrostática a pó 1,5mm no mínimo. Estrutura do estrado construído em longarinas de 3,2mm no mínimo. 4 rodízios de no mínimo 100mm, duplos e	1954	Unidade	29	8.000,00



		não metálicos, sendo todos com freio e acionados em ambos os lados da cama, e com sistema de trava direcional. 4 posições para suporte de soro ou trapézio. Com função CPR Ressuscitação Cardiopulmonar Ganchos para drenos/ Bolsas do tipo foley/ dispositivos urinários. Nível contra penetração de água IPX4. Capacidade de Carga de 200Kg. Acompanha colchão compatível, mínimo densidade 28. /				
04	289392	Cadeira de Rodas, com a Característica Física Especificação MATERIAL DE CONFECCÃO ALUMÍNIO BRAÇOS REMOVÍVEL PÉS REMOVÍVEL ELEVACÃO DE PERNAS POSSUI SUPORTE DE SORO POSSUI CAPACIDADE ATÉ 100 KG /	1954	Unidade	05	1.500,00
05	289364	CARDIOVERSOR / Característica Física Especificação: MARCAPASSO TRANSCUTÂNEO POSSUI IMPRESSORA POSSUI MÓDULO DEA POSSUI OXIMETRIA (SPO2) POSSUI TIPO BIFÁSICO PÁS INTERNAS POSSUI BATERIA POSSUI COMANDO NAS PÁS AJUSTE, CARGA E DISPARO MEMÓRIA DE ECG POSSUI	1954	Unidade	04	30.000,00
06	289362	Carro Maca (Avançado) Estrutura Aço Inox, radiotransparente, Elevação elétrica. / Característica Física Especificação: SUPORTE DE SORO POSSUI ACESSÓRIO(S) COLCHONETE CAPACIDADE ATÉ 180 KG	1954	Unidade	03	12.000,00
07	284160	Centrífuga digital / LABORATORIAL - TIPO MICROTUBOS TECNOLOGIA DIGITAL PROGRAMÁVEL	1954	Unidade	01	6.000,00
08	289368	Digitalizador de imagens Radiográficas (Multicassetes), sistema de captura digital de imagens radiográficas com capacidade de processar no mínimo 90 ips do tamanho 35x35 por hora. / comprovado em catalogo original do fabricante, para radiologia geral e mamografia, com possibilidade para chassis com placas de fósforo nos formatos: 18x24 cm e 24x30 cm para mamografia e 18x24 cm, 24x30 cm, 30x40 cm, 35x43 cm para raiosx convencional. O sistema deverá ser composto de leitor de imagens, estação de trabalho de controle de qualidade contendo software para backup de exames compatível com o conjunto de chassis de raiosx convencional e mamografia abaixo discriminados. Leitor de imagens e estação de controle de qualidade. O equipamento deverá possuir capacidade de: identificação dos chassis reconhecimento automático do tamanho e tipo dos chassis leitura de imagens de mamografia de 50 microns ,20 pixels/mm, leitura em alta resolução dos chassis de 30x40 cm e 35x43 cm de 10 pixels/mm processamento multifrequencial para diferenciação de estruturas monitor touch screen de no mínimo 15 polegadas, disco rígido local de pelo menos 40 gb capacidade de armazenamento em disco local de pelo menos 2000 imagens colimação lógica de imagens manual ou automática através da estação de controle de qualidade DICOM 3.0, storage para imagens brutas ,raw data, e pósprocessadas dicom 3.0 full ,print para impressão dicom 3.0 worklist management para recebimento de informações do sistema de informação radiológica ,RIS, e hospitalar ,HIS, sistema completo com Lan fast ethernet. Acompanha minimamente os cassetes nas seguintes quantidades e tipos: Para Radiologia: 2 Cassetes no tamanho 18x24 cm 2 Cassetes no tamanho 24x30 cm 2 Cassetes no tamanho 30x40 2 Cassetes no tamanho 35x43 cm Para mamografia: 2 Cassetes no tamanho 18x24 cm 2 Cassetes no tamanho 24x30 IMPRESSORA DRY para processamento a seco das imagens a fim de gerar filmes com os vários formatos. Deverá possuir capacidade de: carregamento dos filmes a luz do dia em magazine com capacidade mínima de	1954	Unidade	01	172.000,00



		100 filmes tamanho 35x43 por hora capacidade de filmes pelo menos em 03 três tamanhos simultâneos. Resolução mínima de 50 microns e densidade máxima ótica de impressão mínima de 3.60. Deve ter resolução mínima de 300 dpi com no mínimo 12 bits ou 4096 tons de cinza, Amemória mínima de imagem deve ser de 56 Mb, devendo esta ser expansível.				
09	280433	Eletrocardiógrafo de traçado permanente, com 3 canais, 12 derivações, impressão em papel comum, correção automática da linha base e de interferência, traçado digital de alta fidelidade, ponto J bem definido, bateria, pilha e rede, vários modos de operação, saída digital para eventual interligação a computador, 01 cabo de 10 vias terminações garra com 3 metros, conector delta 15, 4 eletrodos membro (cardio chip) e 6 eletrodos sucção. / Característica Física Especificação LAUDO INTERPRETATIVO POSSUI NÚMERO DE CANAIS 12 BATERIA INTERNA POSSUI MEMÓRIA POSSUI TELA LCD POSSUI SUPORTE COM RODÍZIOS POSSUI SOFTWARE PARA EXAME EM COMPUTADOR POSSUI	1954	Unidade	01	6.000,00
10	289369	Microscópio Laboratorial Básico tipo Binocular / Característica Física Especificação TIPO BINOCULAR OCULAR 10 X E 16 X OBJETIVAS 05 CONDENSADOR KOEHLER POSSUI ILUMINAÇÃO LED	1954	Unidade	01	2.550,00
11	282476	Monitor multi-parâmetros com parametros de: ECG, Oximetria, Pressão não invasiva, respiração, temperatura e monitor LCD colorido. / Característica Física Especificação: OXIMETRIA (SPO2) POSSUI PRESSÃO NÃO INVASIVA (PNI) POSSUI RESPIRAÇÃO POSSUI TEMPERATURA POSSUI TIPO DE MONITOR LCD MONITOR COLORIDO ELETROCARDIOGRAMA (ECG) POSSUI BATERIA POSSUI DÉBITO CARDÍACO POSSUI TAMANHO DA TELA ATÉ 9 CAPNOGRAFIA (ETCO2) POSSUI PRESSÃO INVASIVA (PI) POSSUI	1954	Unidade	06	20.000,00
12	289370	Poltrona Hospitalar - Material em Aço/Ferro pintado com braços articulados e apoio dos pés. /	1954	Unidade	06	1.850,00
13	289365	Ventilador Pulmonar eletrônico microprocessado para pacientes neonatais, pediátricos e adultos, indicado para uso em terapia intensiva. / Possui os seguintes modos de ventilação ou modos ventilatórios compatíveis: Ventilação por Volume Controlado Ventilação por Pressão Controlada Ventilação com suporte de pressão Ventilação com fluxo contínuo ciclado a tempo e com pressão limitada Ventilação Não Invasiva Pressão positiva contínua nas vias aéreas CPAP Ventilação de Back up em todas as modalidades Sistema de Controles: Possuir controle e ajuste para pelo menos os parâmetros com as faixas: Pressão controlada e pressão de suporte de no mínimo até 60cmH2O Volume corrente de no mínimo entre 10 a 2000ml Frequência respiratória de no mínimo até 100rpm Tempo inspiratório de no mínimo entre 0,3 a 5,0 segundos PEEP de no mínimo até 40cmH2O Sensibilidade inspiratória por fluxo de no mínimo entre 0,5 a 2,0 lpm FiO2 de no mínimo 21 a 100%. Sistema de Monitorização: Tela colorida de no mínimo 12 polegadas touchscreen ou outra tecnologia Monitoração de volume por sensor proximal ou distal para pacientes neonatais deverá ser fornecido dois	1954	Unidade	04	45.000,00



	<p>sensores de fluxo para cada categoria de paciente Principais parâmetros monitorados / calculados: Volume minuto exalado, volume corrente exalado, pressão de pico, pressão de platô, PEEP, pressão média de vias aéreas, frequência respiratória total e espontânea, FiO2, relação I:E, resistência, complacência, pressão de oclusão e auto PEEP. Apresentação de curvas pressão x tempo, fluxo x tempo, volume x tempo, loops pressão x volume e fluxo x volume e apresentação de gráficos com as tendências para os principais dados monitorados. Sistema de Alarmes com pelo menos: Alarmes de alta e baixa pressão inspiratória, alto e baixo volume minuto, frequência respiratória, alta/baixa FiO2, apneia, falha no fornecimento de gás, falta de energia, baixa carga da bateria e ventilador inoperante. Recurso de nebulização incorporado ao equipamento Opção último paciente ao ligar o equipamento ou armazenamento na memória dos últimos parâmetros ajustados Bateria interna recarregável com autonomia de no mínimo 120 minutos Acompanhar no mínimo os acessórios: Umidificador aquecido, Jarra Térmica, Braço articulado, Pedestal com rodízios, 2 Circuito paciente pediátrico/adulto, 2 Circuito paciente neonatal/pediátrico, 2 válvulas de exalação, Mangueiras para conexão de oxigênio e ar comprimido.</p>			
--	--	--	--	--





**PREGÃO Nº 015/2016 - FMS**

**MODELO DAS PROPOSTA-DETALHE/PREÇOS**

Objeto: Aquisição de equipamentos para atender as Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Tipo Cotação: Por Item

Fundo Municipal de Saúde

..... inscrita no CNPJ nº.....  
....., sediado no endereço.....  
....., telefone (XX) XXXX-XXXX com o e-mail.....  
..... por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.).....  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do  
CPF nº....., apresenta a seguinte proposta com validade de.....  
., a ser feito o pagamento, em caso de contratação, no Banco....., agência..... e  
número de conta corrente....., para participação no Pregão n.º XXX/2016.

**Endereço para entrega: Almoxarifado Central do Fundo Municipal de Saúde**, sito à Rua  
Ministro Sebastião de Lacerda, s/nº- Fábrica- Paracambi.

Item	cod	Descrição	Dotação	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Total	Marca oferecida
01	289367	<p>Aparelho de Raio X Digital / Gerador microprocessado de alta freqüência. Potência nominal de pelo menos 50 KW. Tensão variável de pelo menos 40 a 130 KV. Corrente variável de pelo menos 500 mA. Tempo mínimo de exposição: 1ms a 5s. Com mAs variável na faixa de 0,5 mAs a 500 mAs ou maior. Alimentação: 380/ 400 Volts trifásico 60 Hz. Tubo de raiosx. Foco fino de 0,6 mm. Foco grosso de 1,2 mm. Potência do tubo em foco fino / foco grosso de 30 / 50 KW, aproximadamente. Inserção de filtros adicionais de Cu. Estativa porta emissor. Coluna com deslocamento longitudinal de aproximadamente 130 cm. Rotação do tubo sobre eixo horizontal de +/-90 graus com travas em 0 graus , +/-90 graus . Diafragma luminoso com colimação manual ou automática. Sistema de freios eletromagnéticos. Mesa Bucky. Tampo flutuante com dimensões , de 235 x 80 cm aproximadamente. Tampo flutuante com deslocamento longitudinal mínimo de 80cm e deslocamento lateral ,transversal, 20 cm aproximadamente. Sistema de freios eletromagnéticos. Grade antidifusora do Bucky. Peso suportado de no mínimo 200 kg. Bucky Mural Deslocamento vertical referenciado no centro da grade entre 35 cm e 185 cm a partir do chão ,aproximadamente,. Dotado de sistema de freio mecânico ou eletromagnético. Grade antidifusora do Bucky tipo estacionária. Com cruz de localização / centralização impressa no tampo do bucky. Configurável para entrada de chassis pela direita e/ou esquerda. Distância focofilme variável 115/150cm ou 180cm</p> <p>Detector plano: Detector plano com dimensões de aproximadamente 35 x 42 cm. Detector com fio ou sem fio (móvel), que possibilite exames na mesa, no bucky mural ou fora da mesa ,maca e cadeira de rodas, Matriz ativa de aproximadamente 2800 x 2500 ,7 milhões de pixels, Profundidade da imagem pósprocessada de no mínimo 14 bits Tamanho máximo do pixel de 150 micrômetros. Sistema digital de imagem. Memória RAM , de 2GHZ. Armazenamento de pelo menos</p>	1954	Unidade	01			



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação



		1000 imagens no disco rígido. Possibilidade de harmonização de imagem. Funcionalidades DICOM Send e DICOM Prin					
02	289363	BOMBA DE INFUSÃO / Característica Física Especificação: BATERIA - KVO - ALARMES - PROGRAMAÇÃO DA INFUSÃO - BOLUS - EQUIPO DEDICADO	1954	Unidade	02		
03	289391	Cama elétrica motorizada com os seguintes movimentos: ajuste de altura, inclinação do dorso, flexão das pernas, incluindo as seguintes posições: fowler, semifowler, cardíaca, vascular, Trendelemburg e Trendelemburg reverso, acionados via controle remoto de mão com fio. Cabeceira e Peseira removíveis fabricadas em polietileno ou material compatível. Sistema de grades com retração linear através de acionamento único, fabricadas em polietileno ou material compatível, com sistema de amortecimento. Leito em chapa de aço com pintura eletrostática a pó 1,5mm no mínimo. Estrutura do estrado construído em longarinas de 3,2mm no mínimo. 4 rodízios de no mínimo 100mm, duplos e não metálicos, sendo todos com freio e acionados em ambos os lados da cama, e com sistema de trava direcional. 4 posições para suporte de soro ou trapézio. Com função CPR Ressuscitação Cardiopulmonar Ganchos para drenos/ Bolsas do tipo foley/ dispositivos urinários. Nível contra penetração de água IPX4. Capacidade de Carga de 200Kg. Acompanha colchão compatível, mínimo densidade 28. /	1954	Unidade	29		
04	289392	Cadeira de Rodas, Característica Física Especificação MATERIAL DE CONFEÇÃO ALUMÍNIO BRAÇOS REMOVÍVEL PÉS REMOVÍVEL ELEVAÇÃO DE PERNAS POSSUI SUPORTE DE SORO POSSUI CAPACIDADE ATÉ 100 KG /	1954	Unidade	05		
05	289364	CARDIOVERSOR / Característica Física Especificação: MARCAPASSO TRANSCUTÂNEO POSSUI IMPRESSORA POSSUI MÓDULO DEA POSSUI OXIMETRIA (SPO2) POSSUI TIPO BIFÁSICO PÁS INTERNAS POSSUI BATERIA POSSUI COMANDO NAS PÁS AJUSTE, CARGA E DISPARO MEMÓRIA DE ECG POSSUI	1954	Unidade	04		
06	289362	Carro Maca (Avançado) Estrutura Aço Inox, radiotransparente, Elevação elétrica. / Característica Física Especificação: SUPORTE DE SORO POSSUI ACESSÓRIO(S) COLCHONETE CAPACIDADE ATÉ 180 KG	1954	Unidade	03		
07	284160	Centrífuga digital / LABORATORIAL - TIPO MICROTUBOS TECNOLOGIA DIGITAL PROGRAMÁVEL	1954	Unidade	01		
08	289368	Digitalizador de imagens Radiográficas (Multicassetes), sistema de captura digital de imagens radiográficas com capacidade de processar no mínimo 90 ips do tamanho 35x35 por hora. / comprovado em catalogo original do fabricante, para radiologia geral e mamografia, com possibilidade para chassiss com placas de fósforo nos formatos: 18x24 cm e 24x30 cm para mamografia e 18x24 cm, 24x30 cm, 30x40 cm, 35x43 cm para raiosx convencional. O sistema deverá ser composto de leitor de imagens, estação de trabalho de controle de qualidade contendo software para backup de exames compatível com o conjunto de chassiss de raiosx convencional e mamografia abaixo discriminados. Leitor de imagens e estação de controle de qualidade. O equipamento deverá possuir capacidade de: identificação dos chassiss reconhecimento automático do tamanho e tipo dos chassiss leitura de imagens de mamografia de 50 microns ,20 pixels/mm, leitura em alta resolução dos chassiss de 30x40 cm e 35x43 cm de 10	1954	Unidade	01		



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação



		pixels/mm processamento multifrequencial para diferenciação de estruturas monitor touch screen de no mínimo 15 polegadas, disco rígido local de pelo menos 40 gb capacidade de armazenamento em disco local de pelo menos 2000 imagens colimação lógica de imagens manual ou automática através da estação de controle de qualidade DICOM 3.0, storage para imagens brutas ,raw data, e pósprocessadas dicom 3.0 full ,print para impressão dicom 3.0 worklist management para recebimento de informações do sistema de informação radiológica ,RIS, e hospitalar ,HIS, sistema completo com Lan fast ethernet. Acompanha minimamente os cassetes nas seguintes quantidades e tipos: Para Radiologia: 2 Cassetes no tamanho 18x24 cm 2 Cassetes no tamanho 24x30 cm 2 Cassetes no tamanho 30x40 2 Cassetes no tamanho 35x43 cm Para mamografia: 2 Cassetes no tamanho 18x24 cm 2 Cassetes no tamanho 24x30 IMPRESSORA DRY para processamento a seco das imagens a fim de gerar filmes com os vários formatos. Deverá possuir capacidade de: carregamento dos filmes a luz do dia em magazine com capacidade mínima de 100 filmes tamanho 35x43 por hora capacidade de filmes pelo menos em 03 três tamanhos simultâneos. Resolução mínima de 50 microns e densidade máxima ótica de impressão mínima de 3.60. Deve ter resolução mínima de 300 dpi com no mínimo 12 bits ou 4096 tons de cinza, Armazenamento mínimo de imagem deve ser de 56 Mb, devendo esta ser expansível.					
09	280433	Eletrocardiógrafo de traçado permanente, com 3 canais, 12 derivações, impressão em papel comum, correção automática da linha base e de interferência, traçado digital de alta fidelidade, ponto J bem definido, bateria, pilha e rede, vários modos de operação, saída digital para eventual interligação a computador, 01 cabo de 10 vias terminações garra com 3 metros, conector delta 15, 4 eletrodos membro (cardio chip) e 6 eletrodos sucção. / Característica Física Especificação LAUDO INTERPRETATIVO POSSUI NÚMERO DE CANAIS 12 BATERIA INTERNA POSSUI MEMÓRIA POSSUI TELA LCD POSSUI SUPORTE COM RODÍZIOS POSSUI SOFTWARE PARA EXAME EM COMPUTADOR POSSUI	1954	Unidade	01		
10	289369	Microscópio Laboratorial Básico tipo Binocular / Característica Física Especificação TIPO BINOCULAR OCULAR 10 X E 16 X OBJETIVAS 05 CONDENSADOR KOEHLER POSSUI ILUMINAÇÃO LED	1954	Unidade	01		
11	282476	Monitor multi-parâmetros com parametros de: ECG, Oximetria, Pressão não invasiva, respiração, temperatura e monitor LCD colorido. / Característica Física Especificação: OXIMETRIA (SPO2) POSSUI PRESSÃO NÃO INVASIVA (PNI) POSSUI RESPIRAÇÃO POSSUI TEMPERATURA POSSUI TIPO DE MONITOR LCD MONITOR COLORIDO ELETROCARDIOGRAMA (ECG) POSSUI BATERIA POSSUI DÉBITO CARDÍACO POSSUI TAMANHO DA TELA ATÉ 9 CAPNOGRAFIA (ETCO2) POSSUI PRESSÃO INVASIVA (PI) POSSUI	1954	Unidade	06		
12	289370	Poltrona Hospitalar - Material em Aço/Ferro pintado com braços articulados e apoio dos pés. /	1954	Unidade	06		
13	289365	Ventilador Pulmonar eletrônico microprocessado para pacientes neonatais, pediátricos e adultos, indicado para uso	1954	Unidade	04		



	<p>em terapia intensiva.</p> <p>/ Possui os seguintes modos de ventilação ou modos ventilatórios compatíveis: Ventilação por Volume Controlado Ventilação por Pressão Controlada Ventilação com suporte de pressão Ventilação com fluxo contínuo ciclado a tempo e com pressão limitada Ventilação Não Invasiva Pressão positiva contínua nas vias aéreas CPAP Ventilação de Back up em todas as modalidades Sistema de Controles: Possuir controle e ajuste para pelo menos os parâmetros com as faixas: Pressão controlada e pressão de suporte de no mínimo até 60cmH2O Volume corrente de no mínimo entre 10 a 2000ml Frequência respiratória de no mínimo até 100rpm Tempo inspiratório de no mínimo entre 0,3 a 5,0 segundos PEEP de no mínimo até 40cmH2O Sensibilidade inspiratória por fluxo de no mínimo entre 0,5 a 2,0 lpm FiO2 de no mínimo 21 a 100%. Sistema de Monitorização: Tela colorida de no mínimo 12 polegadas touchscreen</p> <p>ou outra tecnologia Monitoração de volume por sensor proximal ou distal para pacientes neonatais deverá ser fornecido dois sensores de fluxo para cada categoria de paciente</p> <p>Principais parâmetros monitorados / calculados: Volume minuto exalado, volume corrente exalado, pressão de pico, pressão de platô, PEEP, pressão média de vias aéreas, frequência respiratória total e espontânea, FiO2, relação I:E, resistência, complacência, pressão de oclusão e auto PEEP. Apresentação de curvas pressão x tempo, fluxo x tempo, volume x tempo, loops pressão x volume e fluxo x volume e apresentação de gráficos com as tendências para os principais dados monitorados. Sistema de Alarmes com pelo menos: Alarmes de alta e baixa pressão inspiratória, alto e baixo volume minuto, frequência respiratória, alta/baixa FiO2, apneia, falha no fornecimento de gás, falta de energia, baixa carga da bateria e ventilador inoperante. Recurso de nebulização incorporado ao equipamento Opção último paciente ao ligar o equipamento ou armazenamento na memória dos últimos parâmetros ajustados Bateria interna recarregável com autonomia de no mínimo 120 minutos Acompanhar no mínimo os acessórios: Umidificador aquecido, Jarra Térmica, Braço articulado, Pedestal com rodízios, 2 Circuito paciente pediátrico/adulto, 2 Circuito paciente neonatal/pediátrico, 2 válvulas de exalação, Mangueiras para conexão de oxigênio e ar comprimido.</p>					
--	--	--	--	--	--	--

Inserir:

- compromisso de entrega dos produtos na forma e prazo estabelecido no Edital e seus anexos, bem como compromisso de troca de produtos viciados durante o período de vigência de sua garantia;
- ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o prazo de 60 dias.



## ANEXO II

### Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

#### DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data *inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.*

(a) \_\_\_\_\_  
**nome e número da identidade do declarante**



### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART 27 DA LEI 8.666/93

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- (    ) não emprega menor de dezesesseis anos.  
(    ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2016

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa





#### **ANEXO IV**

#### **DECLARAÇÃO DE ME OU EPP**

Paracambi, de de 2015

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Rua Juiz Emílio Carmo- 71- Paracambi- Centro

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ-MF sob o nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio de seu representante legal (o) Sr \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n ° \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



## ANEXO V

### Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

### DECLARAÇÃO

Nós, da empresa, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, sediada à rua \_\_\_\_\_, afirmamos de que estamos cientes de todos os termos do edital PREG \_\_\_\_\_, PROC. \_\_\_\_\_, da Prefeitura Municipal de Paracambi, e ainda, que cumprimos a todas exigências contidas no mesmo.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa

Ident:

CPF:



**ANEXO VI**  
**MINUTA DE CONTRATO**  
**PROCESSO Nº /2016**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº /2016**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**Contratante:** Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, o Sr. Ademir Lima de Carvalho, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

**Contratada:** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediada à Rua xxxxxxxx, Bairro xxx, Cidade xxxxx, CEP xxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº xxxx – órgão expedidos, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado à Rua xxxxxxx.

Nos termos da proposta da Empresa xxxxxxxxxxxx, estabelecemos Contrato de aquisição de equipamentos para assim atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. xxx/16, devidamente homologado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde em xx/xx/16, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de ....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

**Nota explicativa:** A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ .....(.....).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2016, no programa de trabalho:

.....despesa....., conforme nota de empenho nº xxx/2016.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de ....., contados do ....., prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**Nota Explicativa:** Deve guardar conformidade com o Edital.

### **4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **4.1 - Do Município:**

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

#### **4.2 – Da Contratada:**



4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. ..../2016;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. ..../2016;

4.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

## **5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES**

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

## **6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem



impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 - prestação de serviço de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;





IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

## 7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## 8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, ..... de ..... de 2016.

**Eduardo Herrera R de Almeida**  
**Gestor do Fundo Municipal de Saúde**

...../CONTRATADA

.....

**Diretor**

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF

.....